

I CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA

— 10 A 11 DE FEVEREIRO DE 2023 —



Programa de Pós Graduação
Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional



NOVO AR CABOUÇO FISCAL E OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE FISCAL COM ÊNFASE NOS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

Autor(es)

Marcos Paulo Andrade Bianchini
Bianca Jordany Fernandes Colombini
Fábio Gomes Paulino
Felipe De Almeida Campos
Hugo Malone Xavier Couto E Passos
Fernando Marçal Soares Batista

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Introdução

A sustentabilidade fiscal é um dos principais desafios enfrentados pelos governos em todo o mundo. O desequilíbrio entre a arrecadação de impostos e os gastos do Estado podem levar às crises fiscais, com consequências graves para a economia. Nesse contexto, a discussão sobre o novo arcabouço fiscal tem se intensificado, como forma de promover uma reforma fiscal capaz de garantir a sustentabilidade fiscal a longo prazo. (OLIVEIRA et. al., 2020, p. 11).

O novo arcabouço fiscal que vem sendo discutido no Brasil envolve diversos atores e instituições, incluindo o governo federal, o Congresso Nacional, o Tribunal de Contas da União (TCU), entre outros, a discussão intensificou após a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, em 2016, que estabeleceu um teto para o crescimento dos gastos públicos federais por 20 anos. Desde então, diversas propostas têm sido apresentadas para colocar limites concretos para as despesas públicas. (SILVA et al., 2020, p.2).

Objetivo

Espera-se que este trabalho através da pergunta norteadora: Como ocorreu a implantação do novo arcabouço fiscal em países da América Latina e qual foi o seu impacto na sustentabilidade fiscal? Deste modo, acredita-se que esta pesquisa encontrará os resultados necessários para responder esta pergunta. Portanto, para alcançar os objetivos deste trabalho foi realizado uma revisão bibliográfica.

Material e Métodos

Para construção deste trabalho foi realizada uma revisão bibliográfica. As bases de dados que foram incluídas neste trabalho para construção do referencial teórico foram livros, site de bancos de dados, como: Google Acadêmico, Scielo, entre outros. Os artigos, livros e sites das bases de dados foram incluídos com o período de publicação dos artigos de 10 anos em diante. As palavras-chave para busca dos dados foram: Arcabouço fiscal; Sustentabilidade fiscal; Eficiência na arrecadação.

I CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA

— 10 A 14 DE ABRIL DE 2023 —



Programa de Pós Graduação
Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional



Resultados e Discussão

Algumas pesquisas indicam que países que implementaram reformas fiscais bem-sucedidas, como o Chile, experimentaram benefícios significativos em termos de estabilidade fiscal e estabilização da dívida pública. No entanto, outros estudos também apontam para desafios e limitações, como a necessidade de equilibrar a disciplina fiscal com a promoção do crescimento econômico. (VERA et al., 2021, p. 2).

Por exemplo, um estudo de 2019 analisou as reformas fiscais implementadas em 13 países da América Latina e Caribe entre 2000 e 2018 e concluiu que as reformas fiscais tiveram efeitos positivos na redução do déficit fiscal e na estabilização da dívida, mas que esses efeitos variaram dependendo do contexto político, econômico e social de cada país. O estudo também destacou a importância de abordar os desafios políticos e sociais envolvidos na implementação, como a resistência a cortes de gastos públicos. (GONZÁLEZ et al., 2019, p. 1).

Conclusão

Entre as principais vantagens do novo arcabouço fiscal, destacam-se a maior eficiência na arrecadação de impostos e o controle dos gastos do Estado, mas também apresenta desvantagens, como a possibilidade de aumento da carga tributária.

Conclui-se que a sustentabilidade fiscal é um desafio para os governos e que o novo arcabouço fiscal pode ser uma solução para garantir a estabilidade das finanças públicas, simplificação do sistema tributário e a adoção de metas fiscais mais rigorosas.

Referências

- OLIVEIRA, A. M. et al. O desequilíbrio entre a arrecadação de impostos e os gastos do Estado no Brasil: uma análise crítica. *Revista de Economia e Administração*, v. 19, n. 3, p. 1-14, 2020.
- SILVA, J. S. et al. A Emenda Constitucional 95/2016 e a sustentabilidade fiscal: uma análise crítica. *Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais*, v. 5, n. 1, p. 1-18, 2020.
- VERA, C. et al. O novo arcabouço fiscal no Chile: avanços e desafios. *Revista de Economia e Desenvolvimento*, v. 20, n. 1, p. 1-14, 2021.
- GONZÁLEZ, J. et al. Reformas fiscales en América Latina y el Caribe: avances y desafíos. *Revista de Economía y Estadística*, v. 57, n. 2, p. 1-18, 2019.